



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

## MANHÃ

### AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA DE COMUNICAÇÃO JORNALISMO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



#### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



#### TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**



## Módulo I - Conhecimentos Gerais

### Língua Portuguesa

1

Os documentos públicos e os jornais são inficionados diariamente com expressões impróprias, às quais o povo se acostuma, à força, ao lê-las. (Voltaire)

Assinale a afirmativa correta sobre o significado ou estruturação da frase apresentada.

- (A) As “expressões impróprias” aludidas na frase se referem a expressões grosseiras, pouco educadas.
- (B) A imprensa, segundo Voltaire, tem a finalidade de educar o público leitor.
- (C) A frase alude ao problema de alguns documentos públicos se utilizarem de linguagem inadequada, já que se trata de textos de grande número de leitores.
- (D) A semelhança entre os documentos públicos e os jornais é a preocupação com a educação dos leitores.
- (E) A preocupação com a modernidade pode provocar, segundo a frase, mudanças linguísticas.

2

Leia a frase abaixo com atenção:

*A carta é telefonema antiquado, do tempo em que as pessoas sabiam escrever e ler.*

Assinale a afirmativa correta acerca da frase apresentada.

- (A) A frase mostra a superioridade da língua escrita sobre a língua falada.
- (B) A frase traz uma crítica à educação moderna.
- (C) A carta é comparada a um telefonema por ambos os meios serem considerados antiquados.
- (D) O autor da frase indica um aspecto da modernidade superior aos tempos passados.
- (E) Saber escrever e ler não é visto na frase como traço de qualidade superior.

3

Um dos problemas da escrita é o emprego desnecessário de palavras.

Assinale a frase a seguir em que **não** ocorre esse problema.

- (A) Todas as interações humanas são oportunidades ou para aprender ou para ensinar.
- (B) O destino do mundo depende em primeiro lugar dos estadistas. Em segundo lugar, dos intérpretes.
- (C) Para o seu próprio bem, não fale demais.
- (D) Uma vez penso; outras vezes, existo.
- (E) Uma hora de conversação vale mais que 50 cartas.

4

Observe o texto a seguir:

*De fato, na língua falada, o homem vive a sua vida sobre a terra. Cada uma das medidas naturais de sua existência está inscrita em quatro palavras. As duas primeiras ‘Bom dia’. Ao dizê-las, ingressamos em um dia a mais, nos preparamos para consumir uma mais dessas unidades de tempo, feitas do céu, do sol e da luz. E, quando, já usado, nos corre por entre as mãos esse pedaço da nossa existência, nos despedimos com outras duas palavras: ‘Boa noite’ ou ‘Até amanhã’. Essas duas formas verbais nos contam o transcorrer de nossos passos sobre a terra.*

Esse segmento textual deve estar inserido no modo expositivo de organização discursiva.

Uma marca que caracteriza esse modo de organização é a

- (A) apresentação de uma série de fatos cronologicamente sucessivos que dão conta de um período de tempo.
- (B) exposição de um tema de forma coerente, ordenada e clara, de modo que possa ser lido com fluidez e interpretado com facilidade.
- (C) indicação de um conjunto de traços de uma realidade qualquer de forma que a possamos identificar.
- (D) defesa de uma ideia diante de uma realidade que permite mais de um posicionamento ideológico.
- (E) demonstração de uma ideia apoiada em diferentes meios de comprovação ou apoio para convencimento do leitor.

5

Assinale a frase em que houve troca indevida entre A e HÁ.

- (A) Os atletas estão há poucos dias das Olimpíadas.
- (B) Não há muito o que fazer nessas circunstâncias.
- (C) Dentro da caixa há uma série de brinquedos.
- (D) O que há de novo na guerra Rússia X Ucrânia?
- (E) Sem problemas, pois há dois meses até o pagamento.

6

Assinale a frase em que **não** está presente qualquer processo de abreviação vocabular ou textual.

- (A) Expressei-me clara e calmamente.
- (B) Foram abordados os micro e macroproblemas do país.
- (C) Os EUA participaram da conferência sobre o clima.
- (D) Os países anglo-saxônicos são bem desenvolvidos.
- (E) Os animais e os humanos participam do mesmo mundo.

7

Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no participio.

Assinale a opção que mostra uma forma **inadequada** de participio.

- (A) aceitar / aceitado e aceite.
- (B) entregar / entregado e entregue.
- (C) chegar / chegado e chego.
- (D) pegar / pegado e pego.
- (E) expressar / expressado e expresso.

8

Entre as frases abaixo – do livro *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queiroz -, aquela em que a forma debaixo está mal-empregada, é:

- (A) “-Ainda estive para me abrigar em casa do Esgueira, que é um caseiro de cá. Aquela casa, ali debaixo, onde está a figueira...”.
- (B) “Os séculos rolam; e sempre imutáveis farrapos lhe cobrem o corpo, e sempre debaixo deles, através do longo dia, os homens labutarão e as mulheres chorarão”.
- (C) “No Inverno, logo que na amável cidade começavam a morrer de frio, debaixo das pontes, criancinhas sem abrigo – ela preparava com comovido cuidado os seus vestidos de patinagem”.
- (D) “Findou pôr voltar ao montão de jornais amarrotados, ergueu melancolicamente um velho Diário de Notícias, e com ele debaixo do braço subiu ao seu quarto, para dormir, para esquecer”.
- (E) “Assobiando o fado meigo tirei debaixo da cama a minha velha mala, e meti solicitamente entre calças e peúgas um Tratado de direito civil, para aprender enfim, nos vagares da aldeia, estendido sob a faia, as leis que regem os homens”.

9

As frases a seguir mostram um adjetivo sublinhado. Assinale a frase em que esse adjetivo tem valor de estado.

- (A) Fazemos o que não podemos deixar de fazer, e classificamos isto com os mais belos nomes.
- (B) Pensar é o trabalho mais duro que há.
- (C) Todo homem trabalhador tem sempre uma oportunidade.
- (D) A direção recomendou que alunos gripados fossem separados dos demais a fim de evitar-se a contaminação.
- (E) A concorrência é um estilo de vida. Se você não tem um concorrente forte, você é obrigado a inventar um.

10

As frases a seguir mostram locuções adjetivas que foram substituídas por adjetivos, indicados entre parênteses.

Entre as substituições propostas, assinale aquela que é possível e adequada.

- (A) O artista tem uma concepção original do infinito (infinita).
- (B) A vida da cidade (suburbana) é um inferno, mas ninguém quer mudar-se para o paraíso.
- (C) Escrever humor é um método de lucro (lucrativo) engraçado.
- (D) O dever da literatura (literário) é levar a pessoa a inserir-se na história.
- (E) Fora o cachorro, o livro é o melhor amigo do homem (humano).

## Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico

11

A negação de *Paulo gosta de futebol ou João gosta de basquetebol* é

- (A) Paulo gosta de futebol e João não gosta de basquetebol.
- (B) Paulo não gosta de futebol ou João gosta de basquetebol.
- (C) Paulo pode gostar de futebol e João pode não gostar de basquetebol.
- (D) Paulo não gosta de futebol e João gosta de basquetebol.
- (E) Nem Paulo gosta de futebol nem João gosta de basquetebol.

12

Em relação ao sistema francês de amortização, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- I. Todas as prestações (pagamentos) são de mesmo valor.
- II. Um exemplo de uso comum são financiamentos de bem de consumo em geral.
- III. O valor da prestação P é calculado pelo produto do valor financiado pelo coeficiente K dado pela fórmula

$$K = \frac{i(1+i)^n}{(1+i)^n - 1}$$

em que *i* é a taxa ao período e *n* é o número de períodos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

13

Com os algarismos 0, 1, 2, 3, 4 e 5 é possível formar a seguinte quantidade de números de 3 algarismos:

- (A) 120.
- (B) 144.
- (C) 156.
- (D) 180.
- (E) 216.

14

A amostra de idades a seguir foi obtida:

20 35 23 54 46 22 41 50 38 40 35 18 32 29 31 56 37

A mediana dessas idades é igual a

- (A) 34
- (B) 35
- (C) 36
- (D) 37
- (E) 38

15

A urna I contém 6 bolas brancas e 10 bolas azuis; a urna II contém 8 bolas brancas e 11 bolas azuis. Sorteamos ao caso uma bola da urna I e a colocamos na urna II sem observar sua cor. Em seguida, sorteamos duas bolas da urna II, sem reposição.

A probabilidade de que as duas bolas sorteadas da urna II sejam brancas é aproximadamente igual a

- (A) 0,180.
- (B) 0,305.
- (C) 0,366.
- (D) 0,466.
- (E) 0,482.

## Ética no Serviço Público

16

Ao compulsar a Lei nº 5.810/1994 do Estado do Pará, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, Aparício verificou que existem penalidades que serão aplicadas por meio de portaria, entre elas as seguintes:

- (A) repreensão e suspensão.
- (B) demissão e cassação de aposentadoria.
- (C) destituição de cargo em comissão e suspensão.
- (D) repreensão e cassação de disponibilidade.
- (E) demissão e destituição de cargo em comissão.

17

No exercício de suas atribuições como auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará, regularmente investido no cargo, Rozendo entendeu ser necessário averiguar as normas aplicáveis aos servidores no tocante às relações com o fiscalizado, à luz da Resolução nº 18.523/2013 (Código de Ética), vindo a concluir corretamente que, durante os trabalhos de fiscalização a cargo do Tribunal, o servidor deverá:

- (A) conferir prioridade ao caráter inquisitorial às indagações formuladas ao fiscalizado.
- (B) evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e nos tratamentos dos fatos levantados.
- (C) dar preferência para realização de sugestões sobre assunto administrativo interno do órgão, entidade ou programa fiscalizado durante os trabalhos de campo.
- (D) manter atitude de independência em relação ao fiscalizado, deixando clara a sua posição de superioridade.
- (E) manter sigilo quanto às sanções aplicáveis em virtude da sonegação de informação e obstrução ao livre exercício das atividades de controle externo, para não prejudicar ulterior procedimento sancionatório.

18

Sociedade Açucena praticou conduta que caracteriza ato lesivo à Administração Pública Estadual, situação em que, à luz da Lei nº 12.846/13,

- (A) eventual responsabilização da pessoa jurídica na esfera administrativa não afasta a possibilidade de responsabilização na via judicial.
- (B) a instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas na norma em comento, afastando, assim, a imposição de tais penalidades.
- (C) a aplicação de sanções na esfera judicial depende da caracterização do elemento doloso, não bastando a mera voluntariedade do agente para fins de responsabilização.
- (D) não há possibilidade de aplicação de sanções à pessoa jurídica, diante da ausência do elemento volitivo, restringindo-se a aplicação de penalidades aos dirigentes e administradores da sociedade.
- (E) não pode ser a ela aplicada sanção na via administrativa, restringindo-se tal esfera de responsabilização aos atos lesivos à Administração Pública federal e estrangeira.

19

Em decorrência de determinada conduta realizada no exercício de suas atribuições como servidora pública do Estado do Pará, Jasmine está respondendo por crime de abuso de autoridade na esfera penal, e tomou ciência de que será instaurado um processo administrativo-disciplinar pelos mesmos fatos.

Diante dessa situação hipotética, acerca das esferas de responsabilização mencionadas, à luz do disposto na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que

- (A) nenhuma decisão penal absolutória pode fazer coisa julgada em âmbito administrativo-disciplinar, considerando a independência das esferas de responsabilização.
- (B) as penas previstas na lei de abuso de autoridade abarcam as sanções administrativas, impedindo a instauração do processo administrativo-disciplinar, inexistindo independência entre tais esferas de responsabilização.
- (C) as questões que venham a ser decididas pelo Juízo criminal quanto à negativa de autoria não podem mais ser questionadas em âmbito administrativo-disciplinar, apesar da independência das esferas de responsabilização.
- (D) não há independência entre as esferas de responsabilização, de modo que qualquer decisão absolutória penal, ainda que por ausência de provas, repercute na esfera administrativo-disciplinar.
- (E) apenas pode refletir ou fazer coisa julgada no processo administrativo-disciplinar a decisão penal absolutória que reconheça a inexistência do fato, diante da independência das esferas de responsabilização.

**20**

João e Maria são servidores públicos estáveis do Estado do Pará que cometeram infrações funcionais, sendo certo que aquela cometida por João enseja a penalidade de demissão, enquanto a de Maria é punível, em princípio, com repreensão, considerando que ela nunca sofreu penalidade em decorrência do exercício de suas atribuições.

Ambos estão interessados em formular um Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD), na forma da atual redação da Lei nº 5.810/1994, sendo correto afirmar, acerca do tema, em consonância com as peculiaridades narradas, que

- (A) o TAD não pode ser formalizado em nenhum dos casos, na medida em que aplicável nas hipóteses em que caracterizada mera irregularidade, pois nenhuma sanção pode ser substituída pelo aludido instrumento consensual.
- (B) no caso de Maria poderá ser formalizado o TAD, que depende de pedido a ser formalizado pela interessada, o qual não pode ser recusado pela Administração, devendo ela se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, mas a sua formalização na situação de João dependeria de sua aposentadoria.
- (C) apenas João poderá formalizar o TAD, que deve ser proposto pela Administração, mas depende de sua aceitação expressa no sentido de se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, não sendo aplicável na situação de Maria, em razão da respectiva penalidade.
- (D) o TAD pode ser formalizado em ambos os casos, de ofício ou a pedido dos interessados, constituindo direito subjetivo dos interessados, que devem se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente.
- (E) no caso de João não é cabível a formalização do TAD, já na situação de Maria é possível a sua formalização, a pedido ou de ofício pelas autoridades competentes, dependendo de sua aceitação formal, no sentido de se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente.

## Legislação Específica

**21**

XX, Deputado Estadual no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, almejava apresentar projeto de lei sobre determinada temática. Após alentada análise de sua assessoria, foi constatado que a referida temática se inseria no rol de competências legislativas privativas da União. Além disso, também se verificou que a União ainda não tinha editado uma lei disciplinando a referida temática.

À luz da Constituição do Estado do Pará, é correto afirmar, em relação à competência legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que esse ente

- (A) pode legislar sobre a temática, se houver autorização da União por meio de lei complementar.
- (B) não pode legislar sobre a temática, não sendo possível a concessão de autorização ou de delegação pela União.
- (C) somente pode legislar sobre a temática nos casos em que a Constituição da República adota o instituto do reenvio.
- (D) pode legislar sobre a temática, sendo que a superveniência da lei da União revogará a lei estadual, caso dela destoe.
- (E) pode legislar sobre a temática, sendo que a superveniência da lei da União suspenderá a eficácia da lei estadual, caso dela destoe.

**22**

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, em processo de tomada de contas, realizou imputação de débito a Antônio, que atuara como ordenador de despesas no âmbito de uma fundação pública estadual. Após a emissão da certidão de débito, constatou-se que o custo da cobrança seria superior ao valor do ressarcimento.

Em situação dessa natureza, à luz do disposto na Lei Complementar estadual nº 81/2012, é correto afirmar que

- (A) pode ser determinado o arquivamento do processo, com cancelamento do débito, sendo dada quitação a Antônio.
- (B) deve ser determinado o arquivamento do processo, com cancelamento do débito, não sendo dada quitação a Antônio.
- (C) pode ser determinado o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, não sendo dada quitação a Antônio.
- (D) deve-se prosseguir com as medidas direcionadas à cobrança, considerando a natureza repressiva e pedagógica da condenação.
- (E) pode ser determinado o arquivamento do processo, desde que Antônio não tenha sido beneficiado por medida similar nos cinco anos anteriores.

23

Em determinado processo administrativo, o Tribunal de Contas do Estado do Pará constatou que a sociedade empresária Alfa tinha comprovadamente incorrido em fraude em uma licitação realizada por Beta, ente da Administração Pública indireta do Estado do Pará. Durante o julgamento do caso, foram realizados debates em relação à aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

Por fim, à luz do disposto na Lei Complementar estadual nº 81/2012, conclui-se corretamente que

- (A) a sanção apresenta caráter puramente administrativo, logo, sua aplicação, ou não, no caso concreto, fica a critério exclusivo da autoridade competente de Beta.
- (B) o Tribunal de Contas somente pode aplicar a sanção pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa.
- (C) caso o Tribunal de Contas entenda que é pertinente, deve aplicar a sanção no âmbito do processo administrativo em que constatar a ocorrência da fraude à licitação.
- (D) caso o Tribunal de Contas entenda que é pertinente, deve determinar que a autoridade competente de Beta aplique a sanção, e, se a determinação não for atendida em noventa dias, deve aplicá-la.
- (E) o Tribunal de Contas deve aplicar a sanção caso a autoridade competente de Beta ainda não a tenha aplicado, requisito não atendido com a mera realização de juízo de valor diverso do que prevaleceu no colegiado.

24

Ana, estagiária no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará, teve acesso a um expediente recém-protocolizado, cujo objeto era uma consulta formulada pelo diretor-presidente de uma autarquia estadual.

O supervisor de estágio solicitou que Ana realizasse uma análise inicial, o que a levou a concluir que:

- I. o consulente carece de legitimidade;
- II. cabe ao relator sorteado decidir sobre a admissibilidade do seu processamento;
- III. caso seja admitida para análise, o processo relativo à consulta tramitará em regime de urgência, se, por sua natureza, exija imediata solução.

Ao analisar as afirmações de Ana, o supervisor lhe explicou, corretamente, que, à luz do Regimento Interno:

- (A) todas estão certas.
- (B) apenas a afirmação II está certa.
- (C) apenas a afirmação III está certa.
- (D) apenas as afirmações I e II estão certas.
- (E) apenas as afirmações I e III estão certas.

25

O Poder Executivo do Estado do Pará realizou estudos com o objetivo de promover a descentralização da prestação de determinado serviço público de competência estadual. Nesses estudos, foi debatida a possibilidade de que a referida descentralização fosse direcionada a uma entidade paraestatal.

Ao final, concluiu-se corretamente, à luz da Constituição do Estado do Pará, que

- (A) a outorga do serviço público deve ser necessariamente antecedida de licitação, o que impede o direcionamento almejado.
- (B) como o ente paraestatal integra a Administração Pública indireta, cabe apenas ao Poder Executivo avaliar a conveniência, ou não, do direcionamento almejado.
- (C) a outorga apenas se dará mediante lei autorizadora, devendo ser demonstrada, na perspectiva técnica ou econômica, a impossibilidade ou inconveniência da centralização.
- (D) o direcionamento é ato privativo do Poder Executivo, mas pressupõe a demonstração de suas vantagens, na perspectiva da economicidade e da eficiência, em relação à licitação.
- (E) a forma de outorga do serviço, se mediante contratação direta ou mediante licitação, com entes da Administração Pública indireta ou entes privados, deve ser definida pela Assembleia Legislativa.

## História, Geografia e Conhecimentos do Estado do Pará

26

O reinado de D. José I foi marcado por um projeto de reorganização administrativa do império luso e por uma reconfiguração da gestão metropolitana do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751) governado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-59), meio-irmão do Marquês de Pombal.

Assinale a opção que apresenta um instrumento das novas diretrizes econômico-administrativas metropolitanas para a região.

- (A) A instituição da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), sem caráter monopolista, tinha como propósito aumentar as atividades comerciais na região, introduzindo o sistema de comissários volantes como intermediários entre as praças coloniais e metropolitanas.
- (B) A implementação da Lei de Liberdade dos índios (1755) levou à abolição do trabalho forçado indígena e estabeleceu um prazo máximo de 10 anos de prestação de trabalho aos colonos e a posterior libertação dos indígenas.
- (C) O alvará de extinção do poder temporal dos regulares sobre os índios do Grão-Pará e Maranhão (1755) aboliu o controle administrativo dos missionários de qualquer ordem religiosa sobre os aldeamentos indígenas.
- (D) O Diretório dos Índios (1757) previa o incentivo ao casamento entre índios e brancos, além da eleição de um diretor indígena para cada aldeia, o qual apoiaria a implementação do Diretório *in loco*.
- (E) A criação da Capitania de São José do Rio Negro (1755), desvinculada e autônoma em relação ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, em função da distância em que se encontrava a região fronteira amazônica em relação aos centros de decisão, instalados em Belém e em São Luís.

27

Em 2024, Belém completou 408 anos. Sua arquitetura e sua urbanização, entretanto, conservam ainda o que foi realizado durante o ciclo da borracha, dando origem à cultura da *Belle Époque* paraense (1870-1910).

As afirmativas a seguir descrevem corretamente a *Belle Époque* paraense, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) O então gestor da cidade, o intendente Antônio Lemos, desejava reproduzir na América uma configuração urbana europeizada, por isso favoreceu a construção de ruas largas, chamadas boulevards, e de áreas verdes como o Bosque Rodrigues Alves, inspirado no Bois de Boulogne parisiense.
- (B) A urbanização e a cultura da *Belle Époque* inspiravam-se sobretudo na cultura francesa, de modo que políticos e elites locais buscavam transpor para Belém o modo de vida e as manifestações artísticas da Paris da época, mediante a construção de teatros líricos, como o Theatro da Paz, por exemplo.
- (C) A construção de um espaço urbano considerado civilizado levou à formulação de um paisagismo tropical moderno, marcado por canteiros curvos e fluidos e pela valorização da vegetação nativa, como se experimentava em Paris e Londres no mesmo período.
- (D) O poder público implantou em Belém serviços pautados em tecnologia avançada, como o bonde elétrico, a iluminação pública e um modelo sanitário pautado na construção de redes de esgoto, de abastecimento de água e de tratamento do lixo.
- (E) O conceito de modernidade aplicado às reformas de Belém estava ligado à ideia de progresso, materializada pela construção de símbolos modernos como as ferrovias, associadas à intensificação das redes comerciais no último quarto do século XIX.

28

Em junho de 2023, a Comissão Arns entregou ao ministro da Justiça e Segurança Pública o relatório “Pará: sem justiça não há paz”, fruto de uma expedição no Sul e Sudeste do Pará, território marcado por uma criminalidade crônica. Os principais tipos de conflitos territoriais registrados foram: a ação ilegal e predatória de grileiros, garimpeiros e madeireiros; a atuação de milícias rurais organizadas para a prática de crimes violentos na região; o excesso de uso da força policial em ações de desapropriação; e a invasão de terras públicas não destinadas, entre outros.



A respeito do enfrentamento do quadro de insegurança e violência, assinale a opção que descreve de modo pertinente uma possível ação para reafirmar o poder público e fortalecer a sociedade civil na região.

- (A) O estabelecimento de protocolos públicos para o uso da força policial nos casos de desocupação forçada, pelos governos federal e estadual.
- (B) O levantamento e a sistematização de um banco de dados dos casos de conflito fundiário judicializados, pela assembleia legislativa estadual.
- (C) A criação e supervisão de comissões de mediação e apoio para resolução negociada de conflitos relativos à posse fundiária, pelo tribunal de contas estadual.
- (D) O confisco de armamentos ilegais presentes em assentamentos e entre milícias rurais, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- (E) A repressão às invasões em Unidades de Conservação e Terras Indígenas, por parte do Greenpeace Brasil e outras organizações não governamentais.



29

Observe o mapa a seguir das Macrorregiões Hidrográficas (MRHs) do Estado do Pará.



Fonte: Pará. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará – Belém, SEMAS, 2021. Adaptado.

Estabeleça a relação entre as MRHs listadas a seguir e os respectivos números assinalados no mapa.

- ( ) Tapajós
- ( ) Portel-Marajó
- ( ) Calha Norte

Assinale a opção que mostra a relação correta, na ordem apresentada.

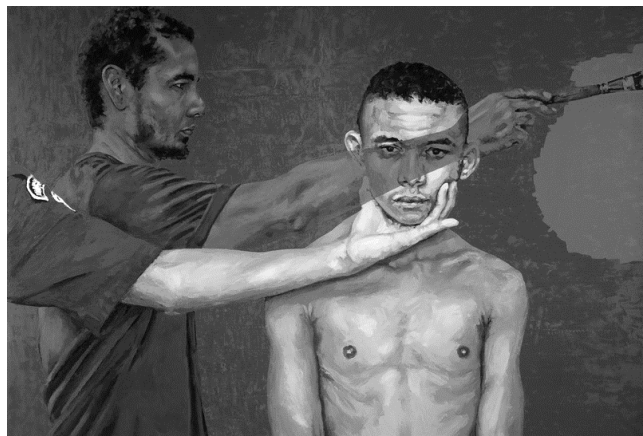
- (A) 2 – 4 – 3.
- (B) 5 – 1 – 7.
- (C) 6 – 3 – 2.
- (D) 4 – 5 – 6.
- (E) 7 – 2 – 1.

30

A respeito da obra do artista contemporâneo Éder Oliveira, leia um trecho de sua entrevista e observe uma de suas telas.

*Essa obra é um autorretrato do meu trabalho. Ali consta tudo que venho fazendo nos últimos anos. Em um primeiro plano, tem um homem que está sendo forçado por um policial a ser fotografado. O policial puxa o rosto dele. Depois a foto vai para um jornal, eu me aproprio do jornal. E nessa de transformar em pintura, eu propositalmente cubro um pouco a identidade desse homem. Quando ele vira pintura, ele deixa de ser aquela pessoa. Eu pinto essas pessoas todas de vermelho, de azul. Isso ajuda a torná-los menos reconhecíveis enquanto indivíduos, enquanto fulano que foi preso por tal coisa. Então, é por isso que o meu braço cobre a identidade dele fazendo uma tarja vermelha. Uma alegoria do meu trabalho, um autorretrato.*

Trecho adaptado de entrevista com o artista paraense Éder de Oliveira in: <https://www.revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/eder>



Éder Oliveira, *Autorretrato*, 2016. Óleo sobre tela, 297 x 205 cm.

Com base na entrevista e na imagem, analise as afirmativas a seguir sobre a obra de Éder Oliveira.

- I. O artista se especializou no gênero autorretrato, usado para investigar a própria individualidade, única e irrepetível, em um contexto paraense marcado pelo hibridismo cultural.
- II. As fotos, publicadas em jornais, de homens presos, ou supostos autores de crimes, são ressignificadas pictoricamente e denunciam a construção de uma identidade social negativa e violenta associada aos ditos homens comuns, os negros, mestiços e caboclos amazonenses.
- III. A obra explora as relações entre retrato, imagem e identidade, estabelecendo um diálogo entre arte e mídia para denunciar mecanismos de invisibilidade e estigmatização social.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## Módulo II - Conhecimentos Específicos

### Básicos

### Noções de Direito

31

Pedro, nascido em Timor-Leste, tinha grande familiaridade com a cultura brasileira, o que era facilitado pelo fato de a língua portuguesa ser uma das línguas oficiais. Após residir um ano no território brasileiro, período em que frequentou um curso de graduação em uma universidade pública, decidiu se naturalizar brasileiro.

É correto afirmar, à luz da Constituição da República, que Pedro

- (A) já adquiriu a nacionalidade brasileira.
- (B) também deve apresentar idoneidade moral para obter êxito no pedido de naturalização.
- (C) deve cumprir os requisitos aplicáveis à generalidade dos estrangeiros para se naturalizar.
- (D) precisa residir por quinze anos ininterruptos no território brasileiro e sem condenação criminal.
- (E) possui a quase-nacionalidade brasileira, desde que haja reciprocidade em favor dos brasileiros em Timor-Leste.

32

O Deputado Estadual Pedro pretendia apresentar à Assembleia Legislativa do Estado Delta projeto de lei versando sobre matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Após promover alentada busca, constatou que nem a União nem o Estado Delta tinha legislado sobre a matéria.

À luz da divisão constitucional de competências, Pedro concluiu corretamente que o Estado Delta

- (A) somente pode legislar sobre a matéria após a União.
- (B) pode legislar sobre a matéria, desde que seja expressamente autorizado pela União.
- (C) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União revogará a lei estadual na hipótese de colidência.
- (D) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União suspenderá a eficácia da lei estadual na hipótese de colidência.
- (E) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União não terá influência sobre a lei estadual, ainda que sejam colidentes.

33

O Presidente da República apresentou projeto de lei complementar versando sobre matéria de sua iniciativa exclusiva, estranha à sistemática orçamentária. No âmbito da Câmara dos Deputados, foi aprovada emenda que estendia o alcance da proposição legislativa e acarretava aumento de despesa obrigatória, sendo indicada a respectiva fonte de custeio. Após o trâmite regular, o projeto foi aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, mas foi vetado pelo Presidente da República. O veto foi derrubado pelo Poder Legislativo e, ato contínuo, foi promulgada a Lei nº X pelo Presidente do Senado Federal.

Com base nas normas constitucionais afetas ao processo legislativo, é correto afirmar que a narrativa

- (A) não apresenta nenhuma incorreção.
- (B) somente apresenta incorreção em relação à emenda aprovada pela Câmara dos Deputados.
- (C) somente apresenta incorreção em relação à promulgação realizada pelo Presidente do Senado Federal.
- (D) somente apresenta incorreção em relação à promulgação, que deveria ser realizada em momento anterior à derrubada do veto.
- (E) somente apresenta incorreção em relação à emenda aprovada pela Câmara dos Deputados, e à promulgação realizada pelo Presidente do Senado Federal.

34

O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa foi informado por sua assessoria a respeito da necessidade de aperfeiçoamento da estrutura administrativa, de modo a aumentar o nível de eficiência e a reduzir a despesa pública.

Com esse objetivo, sugeriu-se que o Governador do Estado editasse decreto com os seguintes comandos:

- I. extinção de vinte cargos em comissão que estão vagos;
- II. organização da Administração Pública, sem aumento de despesa; e
- III. extinção de três órgãos públicos.

Considerando a simetria com a União, é correto afirmar, em relação às três medidas alvitadas, que

- (A) todas podem ser adotadas.
- (B) somente a medida II pode ser adotada.
- (C) somente a medida III pode ser adotada.
- (D) somente as medidas I e II podem ser adotadas.
- (E) somente as medidas I e III podem ser adotadas.

**35**

Os servidores públicos do Município Alfa, tanto os ocupantes de cargos de provimento efetivo, quanto os ocupantes de cargos em comissão, postularam, no corrente ano, junto ao Prefeito Municipal, a criação de um regime próprio de previdência social. A medida, ao seu ver, será mais benéfica que a sua sujeição ao regime geral de previdência social, como ocorria até então.

Após analisar a sistemática constitucional, a assessoria do Prefeito Municipal esclareceu corretamente que o regime próprio

- (A) pode ser criado, mas somente pode abranger os ocupantes de cargos em comissão.
- (B) pode ser criado, mas somente pode abranger os ocupantes de cargos de provimento efetivo.
- (C) somente pode ser criado mediante autorização específica do Ministério da Previdência Social.
- (D) pode ser criado, e deve abranger os ocupantes de cargos de provimento efetivo e os ocupantes de cargos em comissão.
- (E) não pode ser criado para os ocupantes de cargos de provimento efetivo nem para os ocupantes de cargos em comissão.

**36**

Ao estudar a classificação dos atos administrativos, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, Josiane verificou que é correto indicar como um ato administrativo complexo

- (A) a decisão plenária de certo Tribunal de Contas.
- (B) a determinação de ressarcimento ao erário pelo Tribunal de Contas, após o devido processo administrativo.
- (C) o registro de aposentadoria de servidores públicos ocupantes de cargo efetivo junto ao respectivo Tribunal de Conta.
- (D) a desconsideração da personalidade jurídica em sede administrativa, realizada pelo Tribunal de Contas em determinado processo administrativo.
- (E) o reconhecimento de ilegalidade de determinada verba remuneratória paga a servidor público, por decisão do Tribunal de Contas.

**37**

Considerando o delineamento constitucional conferido aos cargos em comissão e a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que tais cargos

- (A) devem ser necessariamente ocupados por servidores de carreira, que tenham cargo efetivo.
- (B) podem ser criados para atividades burocráticas, técnicas e operacionais da Administração.
- (C) conferem a seus ocupantes, que não tenham realizado concurso público, a garantia da estabilidade, após três anos de efetivo exercício.
- (D) não podem ser em número superior ao dos cargos efetivos do ente federativo que os criar.
- (E) podem ser criados por Decreto, que não precisa pormenorizar as atribuições que serão exercidas pelos respectivos agentes.

**38**

Após distinguir as peculiaridades atinentes as situações em que a licitação é inexigível e aquelas em que tal procedimento é dispensável, Daniel foi instado a dar um exemplo dessa última hipótese de contratação direta, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, e indicou corretamente a

- (A) contratação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- (B) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- (C) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (E) contratação de bens ou serviços que tenham por objeto bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

**39**

A Constituição da República de 1988 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto a aspectos expressamente mencionados no texto do Art. 70, no que concerne à aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Entre os aludidos aspectos textualmente indicados no mencionado dispositivo, é correto apontar

- (A) a transparência.
- (B) a efetividade.
- (C) a legitimidade.
- (D) a eficiência.
- (E) a juridicidade.

**40**

Ao analisar o disposto na Lei nº 12.527/2011, Meire verificou a delimitação de alguns conceitos, notadamente em relação à qualidade da informação, que são relevantes na aplicação da matéria, entre os quais os seguintes:

- I. qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
- II. qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
- III. qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

Assinale a opção que indica a pertinente correlação.

- (A) I. integridade; II. disponibilidade; III. autenticidade;
- (B) I. primariedade; II. autenticidade; III. integridade;
- (C) I. autenticidade; II. primariedade; III. integridade;
- (D) I. disponibilidade; II. autenticidade; III. integridade;
- (E) I. primariedade; II. integridade; III. disponibilidade.

## Administração Pública, gestão e fiscalização de contratos

41

Na população de determinado município sobressaíram discussões quanto à necessidade do incremento da economia local, mais propriamente dos microempreendedores. Após análises e discussões com os diferentes atores públicos, a Administração Pública decidiu implementar política de concessão de crédito mediante agência pública de fomento a ser criada. Para isso foi realizado planejamento inicial e apresentada proposição legislativa junto ao parlamento local para criação da agência, previsão orçamentária e autorização da instituição das linhas de crédito.

A situação apresentada se refere à seguinte etapa do ciclo das políticas públicas:

- (A) predefinição do problema público.
- (B) formação da agenda pública.
- (C) elaboração da política pública.
- (D) formulação da política pública.
- (E) implementação da política pública.

42

Avalie se as seguintes afirmativas a seguir, contidas no Planejamento Estratégico do TCE-PA, correspondem a um valor institucional, à missão da organização ou à visão da organização.

- I. Ser instituição de referência no controle externo e contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública.
- II. Primar pela divulgação clara e acessível dos seus atos e dos decorrentes de sua missão.
- III. Exercer o controle externo da gestão de recursos públicos estaduais em benefício da sociedade.
- IV. Atuar com liberdade, imparcialidade e autonomia.

As afirmativas referem-se, respectivamente, a

- (A) valor, visão, missão e valor.
- (B) visão, missão, valor e valor.
- (C) visão, visão, missão e missão.
- (D) missão, visão, valor e visão.
- (E) visão, valor, missão e valor.

43

As opções a seguir apresentam objetivos do governo eletrônico, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Inclusão digital.
- (B) Modernizar a máquina pública.
- (C) Reduzir custos e melhorar a eficiência da administração pública no que se refere aos seus processos internos.
- (D) Aumentar a transparência, o controle social e a *accountability*.
- (E) Fomento econômico do setor de tecnologia da informação.

44

*Os teóricos da denominada Reforma do Estado incluíram as organizações sociais no que denominam terceiro setor, aquele que é composto por entidades da sociedade civil que exercem atividades de interesse público e não lucrativas. O terceiro setor coexiste com o primeiro setor, que é o Estado, e o segundo, que é o mercado. Na realidade ele caracteriza-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos; precisamente pelo interesse público da atividade, o Estado tem interesse em fazer parceria com as mesmas, dentro da atividade de fomento; para essa parceria, as entidades têm que atender a determinados requisitos impostos por lei e que variam de um caso para outro; uma vez preenchidos os requisitos, a entidade recebe um título, como o de utilidade pública ou o certificado de fins filantrópicos (hoje denominado de certificado da entidade beneficente de assistência social). As entidades do terceiro setor sempre existiram e tradicionalmente formalizavam a parceria com o poder público por meio de convênio; com as Leis números 9.637, de 15-5-1998 (sobre organizações sociais), e 9.790, de 23-9-1999 (sobre Oscips), os instrumentos de parceria idealizados foram respectivamente, o contrato de gestão e o termo de parceria, que se somaram ao tradicional convênio.*

(DI PIETRO, 2022, pág. 334. Adaptado.)

Em relação às Organizações Sociais e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A celebração do contrato de gestão deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do Art. 37 da Constituição Federal de 1988.
- (B) A execução do objeto do Termo de Parceria firmado com OSCIP será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.
- (C) Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (D) Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao respectivo Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) Havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública por Organização Social, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes.

45

“Para além de promover o interesse público, essa diretriz demonstra a importância da antecipação das necessidades da sociedade e da superação das limitações orçamentárias – especialmente a partir de práticas inovadoras. A ideia de que a atuação pública deve se pautar pela busca de soluções integradas, inovadoras e personalizadas já se tornou uma premissa em diversos países do mundo, que reconhecem e tentam lidar com demandas cada vez mais complexas por parte de quem financia o Estado”.

(BRASIL, GPGP, 2018)

O trecho acima foi retirado do Guia da Política de Governança Pública, elaborado pelo Governo Federal.

Assinale o princípio de governança que corresponde ao preceito contido no excerto.

- (A) *Accountability*.
- (B) Efetividade.
- (C) Capacidade de resposta.
- (D) Integridade.
- (E) Participação social.

46

Conforme definição da Transparência Internacional, corrupção é o abuso do poder confiado para ganhos privados.

As opções a seguir apresentam condutas que fazem parte do gênero corrupção, **com exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Concussão, peculato e elisão fiscal.
- (B) Crimes de responsabilidade, tráfico de influência e advocacia administrativa.
- (C) Condescendência criminosa, inserção de dados falsos em sistemas de informação e violação de sigilo funcional.
- (D) Prevaricação, facilitação de contrabando ou descaminho, emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (E) Peculato, Prevaricação e condescendência criminosa

47

Caso determinado contratado cometa infração punível com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração, a aplicação de tal sanção requer a instauração de processo de responsabilização delimitado pela Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) tal processo será conduzido por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) servidores estáveis.
- (B) não haverá oportunidade para o licitante ou contratado apresentar alegações finais no mencionado processo, ainda que haja o deferimento de produção de novas provas.
- (C) se o órgão ou entidade não tiver servidores estatutários em seu quadro funcional, a Comissão responsável pela condução do mencionado processo deverá ser composta por ocupantes de cargo em comissão.
- (D) serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas, com relação ao processo em análise.
- (E) o contratado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da intimação, para apresentar defesa técnica e especificar as provas que pretenda produzir, no processo em questão.

48

Entre os conceitos delimitados na Lei nº 14.133/2021, existe aquele que se refere à peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os elementos elencados na mencionada norma, dentre os quais, a demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado.

O texto refere-se ao

- (A) anteprojeto.
- (B) projeto referido.
- (C) projeto embrionário.
- (D) projeto executivo.
- (E) projeto de implementação.

49

Ao acompanhar a execução de determinado contrato administrativo, Alice verificou que a Administração Pública não efetuou o pagamento devido, com relação a determinado contrato de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, devidamente formalizado e regularmente cumprido pelo contratado, razão pela qual decidiu analisar os efeitos do inadimplemento pelo Poder Público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Diante dessa situação hipotética, à luz da legislação em comento, Alice verificou corretamente que o atraso superior a determinado período, contado da emissão da nota fiscal, confere ao contratado o direito à extinção do contrato, sendo correto afirmar que tal prazo é de

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 1 mês.
- (E) 2 meses.

50

Com relação à execução do contrato, o papel do fiscalizador do contrato e o registro e notificação de irregularidades, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contratado não poderá manter preposto no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- (B) É possível nomear o agente da contratação dentre os fiscais do contrato, independentemente dos riscos envolvidos no exercício de tais atribuições.
- (C) O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- (D) A administração tem o dever de nomear no mínimo dois fiscais para acompanhar a execução dos contratos, que constituirão a Comissão designada para tal finalidade.
- (E) O fiscal do contrato tem o dever de anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e adotar as providências pertinentes, ainda que ultrapassem a sua competência.

## Controle Externo

**Atenção: para resolução das questões seguintes, considere:**

- RITCE-PA: Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
- LOTCE-PA: Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
- EFS: Entidades Fiscalizadoras Superiores.

**51**

Na Declaração de Lima (ISSAI 1) são estabelecidos poderes de auditoria (EFS).

Tendo por base essa norma, avalie se as seguintes afirmativas acerca de tais poderes estão corretas.

- I. Os poderes básicos de auditoria das Entidades Fiscalizadoras Superiores deverão estar previstos na Constituição, não se admitindo o seu detalhamento na legislação ordinária.
- II. Ao auditarem instituições públicas estabelecidas no exterior, restrições previstas no direito internacional serão consideradas; quando justificado, essas limitações deverão ser superadas por deliberação da EFS.
- III. Todas as operações financeiras públicas, a despeito de estarem ou não refletidas no orçamento nacional, ficarão sujeitas a auditoria por parte de Entidades Fiscalizadoras Superiores. A exclusão de partes da gestão financeira do orçamento público não isentará essas partes da auditoria da Entidade Fiscalizadora Superior.
- IV. As Entidades Fiscalizadoras Superiores terão poderes para auditar a cobrança de impostos da forma mais extensa possível e de examinar arquivos fiscais individuais.

Estão corretas as afirmativas

- (A) III e IV, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I, II e III, somente.
- (E) II, III e IV, somente.

**52**

Um dos grandes debates doutrinários se relaciona às objeções dirigidas contra a ideia de jurisdição de contas:

*A oposição que se faz à jurisdição de contas, ou seja, aquela realizada no âmbito da atividade processual do Tribunal de Contas, diz respeito à jurisdição uma. Outros elementos compõem o espectro de oposições, porém, encontram-se conectados a esta principal objeção.*

(HOEMKE, Hamilton Hobus. Tribunal de Contas-Direito Processual de Contas: jurisdição, provas e partes. Conceito Editorial, 2015, p. 56)

Os argumentos a favor do reconhecimento da função jurisdicional na atividade processual dos Tribunais de Contas se fundam em sua função constitucional de

- (A) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (C) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (E) executar, diretamente, as multas e débitos imputados pela Corte de Contas.

**53**

*O TCU tem sede no Distrito Federal e compõe-se de nove ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre os quais um terço, mediante aprovação do Senado Federal, e dois terços indicados pelo Congresso Nacional.*

(...)

*Junto ao Tribunal, funciona um Ministério Público especializado, composto por um Procurador-Geral, três Subprocuradores-gerais e quatro Procuradores.*

(ZIMLER, Benjamin. Direito Administrativo e Controle. Ed. Forum, p. 171)

Sobre o Ministério Público especializado a que se refere o texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Possui autonomia financeira e administrativa.
- (B) Possui personalidade judiciária, inclusive para propor ações de inconstitucionalidade perante os Tribunais Superiores.
- (C) Possui autonomia para gerir e prover seus recursos humanos, inclusive quanto ao pessoal de apoio administrativo.
- (D) Ao Ministério Público junto ao TCU se aplicam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional.
- (E) Poderá ajuizar a ação civil pública e outras ações de tutela coletiva perante o Tribunal de Contas da União.

54

O Engenheiro João foi eleito prefeito de um município sob jurisdição de Tribunal de Contas do Estado do Alfa. Ao iniciar seu mandato, João assumiu a função de ordenador de despesas da Secretaria de Obras.

Ao fim do seu primeiro ano de mandato, encaminhou ao Tribunal de Contas toda a documentação exigida para prestação de contas da Secretaria referente ao respectivo exercício financeiro. No entanto, o Tribunal verificou graves irregularidades na gestão da Secretaria de Obras e a prática de atos antieconômicos que resultaram em danos ao erário.

Considerando a situação hipotética e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta quanto ao processamento e julgamento das contas de João no Tribunal de Contas Estadual (TCE).

- (A) O TCE poderá aplicar multa e imputar débito a João, mas essa medida depende da rejeição das contas pelo Poder Legislativo.
- (B) O TCE deverá elaborar parecer prévio e submetê-lo à apreciação do legislativo municipal que somente o rejeitará por decisão de 2/3 de seus membros.
- (C) O TCE deverá julgar diretamente as contas de João como irregulares, aplicando-lhes as penalidades cabíveis.
- (D) O Tribunal poderá determinar o afastamento temporário de João do seu cargo de Secretário e de Prefeito, até que seja proferida a decisão de mérito.
- (E) O Tribunal deverá sobrestar o julgamento e considerar as contas ilíquidáveis, tendo em vista a impossibilidade de julgamento.

55

João, José e Maria são Conselheiros do Tribunal de Contas do Pará.

João, graduado em matemática e direito, é professor da rede de ensino fundamental de um município paraense.

José é formado em medicina e atua como profissional liberal no exercício dessa profissão, mantendo um consultório no centro da capital paraense.

Maria mantém-se operante e dedicada à atividade político-partidária, apesar de ter se desfilado do partido que integrava ao ser escolhida pelo parlamento estadual para o cargo de Conselheira do TCE.

Considerando os fatos narrados na situação hipotética e tendo em vista as vedações previstas no RITCE-PA, é correto afirmar que

- (A) as condutas de João e Maria são vedadas; a de José é permitida, tendo em vista que não há vedação ao exercício de atividade privada.
- (B) as condutas de João, José e Maria são vedadas; João pode acumular seu cargo de conselheiro somente com o de professor universitário.
- (C) as condutas de João, José e Maria são permitidas pelo RITCE-PA.
- (D) a conduta de João é permitida, vez que é possível acumular o cargo de Conselheiro com outro cargo de professor; já as de José e Maria são vedadas pelo RITCE-PA.
- (E) a conduta de José é permitida, pois os dois cargos, de Conselheiro e de médico, são considerados de natureza técnica; as de João e Maria são vedadas pelo RITCE-PA.

56

Uma pessoa jurídica devidamente identificada apresentou uma denúncia ao TCE-PA em que indicava graves irregularidades na execução de um contrato de obras públicas firmado entre um órgão jurisdicionado ao Tribunal e a empresa XPTO Ltda.

No entanto, restaram algumas dúvidas quanto aos fatos apontados. O Relator também considerou a necessidade de apurar a legalidade dos fatos e do objeto da denúncia apresentada.

Para a adoção dessas medidas, o RITCE-PA permite o uso do instrumento de fiscalização denominado

- (A) Auditoria de Conformidade.
- (B) Inspeção.
- (C) Levantamento.
- (D) Auditoria Operacional.
- (E) Monitoramento.

57

Ao realizar uma fiscalização de contas em um órgão de estadual jurisdicionado ao TCE-PA, a equipe de auditoria evidenciou a prática de atos danosos ao erário.

No mesmo processo, apurou-se os fatos e atos que resultaram no dano quantificado em R\$ 550 mil, bem como o nexo de causalidade entre as condutas dos responsáveis e o dano apurado, sendo-lhes imputado o débito naquele valor após julgamento em que lhes fora assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Nessa hipótese e considerando as disposições da LOTCE-PA, o Tribunal poderá aplicar aos responsáveis a sanção de:

- (A) Multa de até R\$ 550 mil independentemente do ressarcimento.
- (B) Demissão dos agentes públicos envolvidos, caso sejam ocupantes de cargos efetivos.
- (C) Multa de até 14.000 (quatorze mil) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará
- (D) Declaração da irregularidade das contas pela prática de ato antieconômico.
- (E) Indisponibilidade dos bens e multa de até 14.000 (quatorze mil) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará.

58

*A finalidade dos processos de contas é a de possibilitar a verificação regular da aplicação dos recursos, à luz dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.*

(LIMA, Luiz Henrique. Controle Externo. Ed. Elsevier, 2013, p. 259)

Em benefício dos referidos princípios, os processos de Contas no TCE-PA possuem regramento específico quanto ao seu encaminhamento, formação, instrução e julgamento.

Considerando as disposições do RITCE-PA quanto a essa temática, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os processos de prestação de contas serão instruídos preliminarmente com o Parecer do Ministério Público de Contas.
- II. O prazo para instrução processual das prestações de contas é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da distribuição.
- III. Após a instrução preliminar dos processos de prestação de contas com o relatório do Departamento de Controle Externo, admite-se o recebimento de novos documentos apresentados por ocasião da sustentação oral.
- IV. As diligências serão determinadas pelo Relator ou pelo Diretor do Departamento de Controle Externo, conforme o caso.

Estão corretos os procedimentos indicados nos itens:

- (A) I, II, e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III e IV, apenas.

59

O órgão de auditoria interna da Secretaria de Estado de Saúde do Pará identificou desfalques na gestão de medicamentos que resultaram em danos da ordem de R\$80.000,00 ao erário.

Imediatamente, a auditoria interna oficiou a autoridade administrativa competente, que instaurou sindicância para apurar os fatos e, após quarenta dias, confirmou que:

- a) O dano apurado fora de R\$84.000,00.
- b) Os atos danosos não decorreram de conduta dolosa dos servidores envolvidos.

No mesmo prazo, a autoridade administrativa obteve o ressarcimento integral do dano.

Considerando as normas do RITCE-PA aplicáveis à situação hipotética, assinale a opção que apresenta a medida a ser adotada pela autoridade administrativa da Secretaria de Saúde.

- (A) Instaurar tomada de contas especial e encaminhar o processo ao TCE-PA no prazo de 120 dias.
- (B) Anular o processo de sindicância em razão de inobservância do prazo de 30 (trinta) dias para sua conclusão e determinar a instauração de tomada de contas especial.
- (C) Converter o processo de sindicância em tomada de contas especial e, independentemente dos valores envolvidos, encaminhar o resultado da apuração ao TCE-PA para julgamento.
- (D) Arquivar o processo, pois não há mais necessidade de instauração de tomada de contas e nem de seu encaminhamento ao TCE-PA.
- (E) Encaminhar os autos ao Ministério Público de Contas junto ao TCE-PA para adoção das medidas necessárias à ação de improbidade administrativa a ser processada pela Corte de Contas.

60

José, diretor de uma fundação pública de um órgão estadual jurisdicionado ao TCE-PA, praticou ato ilegítimo e antieconômico do qual não resultou danos ao erário, razão pela qual o Tribunal julgou as suas contas regulares com ressalva, lhe impondo o cumprimento de determinações para execução de medidas necessárias à correção das faltas identificadas e lhe aplicando multa no valor de 5.000 (cinco mil) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará.

Nessa situação, o Tribunal deverá conferir a José certificado de quitação

- (A) plena do responsável para com o erário estadual
- (B) condicionado ao atendimento de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas
- (C) somente após a comprovação do pagamento integral da multa imposta, alertando-o de que a reincidência poderá acarretar a irregularidade das contas subsequentes.
- (D) plena do responsável condicionada ao cumprimento das determinações.
- (E) somente após o cumprimento das determinações.

## Módulo III - Conhecimentos Específicos Avançados

61

O Projeto Comprova se apresenta como uma iniciativa colaborativa e sem fins lucrativos cujo objetivo é “identificar e enfraquecer técnicas de manipulação e disseminação de conteúdo enganoso identificados em *sites* hiperpartidários, aplicativos de mensagens e redes sociais”.

Para alcançar esse objetivo ele

- (A) reúne jornalistas de mais de 50 veículos de comunicação nacionais e internacionais.
- (B) utiliza quatro etiquetas que representam os seguintes conteúdos: enganoso, sátira, comprovado e falso.
- (C) usa o *cross-checking*, em aplicativos de inteligência artificial, o que dispensa a publicação de correções, pois garante erro zero.
- (D) cada investigação é conduzida por, no mínimo, cinco profissionais do mesmo veículo jornalístico filiado ao projeto.
- (E) investiga opiniões publicadas unicamente por veículos jornalísticos tradicionais descompromissados com o *fact-checking*.

62

Leia o trecho de reportagem publicada em agosto de 2023, no Observatório da Imprensa, por ocasião da divulgação da sexta edição do Atlas da Notícia, que busca mapear o jornalismo local no Brasil.

### Redução de desertos mostra força da imprensa na região Norte

(por Jessica Botelho)

“(…)Todos os estados da região Norte, à exceção do Amapá, registraram pelo menos um município que deixou de ser deserto de notícias, chegando ao total de 95. Pará e Tocantins lideram na quantidade de municípios que progrediram para classificação de quase deserto (...), seguidos pelo Amazonas. Outro dado importante desta edição é que nenhuma cidade nortista se tornou deserto de notícias. Ou seja, além de avançar na redução de desertos, não notamos retrocessos na classificação dos municípios quase desertos”.

São classificados como quase desertos, os municípios em que

- (A) os veículos de jornalismo local, cadastrados no Atlas da Notícia, não são feitos por jornalistas graduados;
- (B) o Atlas da Notícia detectou, recentemente, o encerramento de atividades do único veículo de informação local cadastrado em sua base;
- (C) há cadastro no Atlas da Notícia de apenas veículos online dedicados ao fornecimento de informações locais;
- (D) não há veículos impressos de periodicidade regular cadastrados no Atlas para fornecimento de jornalismo local;
- (E) há somente um ou dois veículos de jornalismo local cadastrados no Atlas da Notícia.



63

Leia o texto abaixo sobre o conceito de Indústria Cultural

À primeira vista, Indústria Cultural é o conjunto das instituições sociais vinculadas à produção e distribuição de bens \_\_\_\_\_. Editoras, gravadoras, jornais, agências de publicidade, redes de rádio e televisão, provedores de conteúdo para a web, são parte desse complexo. (...). Na indústria cultural, o (a) \_\_\_\_\_ orienta a produção, e o espaço da criação individual é \_\_\_\_\_ em virtude da lógica da produção coletiva. Duas ordens de produção – material e simbólica – se sobrepõem, com substanciais \_\_\_\_\_ para a cultura. O artista criador é \_\_\_\_\_ pela linha de produção, com uma divisão do trabalho cultural em partes mais e mais compartimentadas. A imaginação e o ato criador são adaptados às exigências da produção. Fórmulas e modelos \_\_\_\_\_ a espontaneidade e os padrões tomam lugar da inovação. (...). O espaço para o experimentalismo é mínimo: não agradar ao público contraria a lógica da produção.

(MARTINO, Luís Mauro Sá: 2014, adaptado)

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do texto acima.

- (A) materiais – criatividade – mantido – alterações – integrado – valorizam
- (B) de consumo – praticidade – reduzido – ganhos – engolido – integram
- (C) simbólicos – lucro – eliminado – perdas – substituído – substituem
- (D) culturais – arte – ampliado – prejuízos – valorizado – questionam
- (E) descartáveis – público – potencializado – lucros – requisitado – absorve

64

Com a popularização de sistemas de inteligência artificial, o dicionário Cambridge elegeu como palavra do ano de 2023

- (A) "Hallucinate" (Alucinar);
- (B) "Authentic" (Autêntico);
- (C) "Algorithmic bias" (Viés algorítmico);
- (D) "Deepfake";
- (E) "Prompt".

65

Leia o texto publicado no site de *O Globo*, em junho de 2024.

Há cerca de quatro anos, O GLOBO utiliza inteligência artificial em sistemas de recomendação de conteúdo em plataformas digitais. Com o Irineu, em linha com as melhores publicações internacionais, o jornal dá início a uma nova era, baseada em IA generativa, capaz de processar e gerar textos, imagens, vídeos ou áudios.

O primeiro recurso ofertado pela ferramenta que homenageia o jornalista Irineu Marinho, fundador do jornal, foi

- (A) um link para o aplicativo Vlibras que interpretará o texto das matérias do site em linguagem de sinais.
- (B) um botão sobre as imagens fotográficas das matérias do site para ofertar sua descrição em texto.
- (C) um link para recursos multimídia, gerados por IA e relacionados ao tema da matéria publicada no site.
- (D) um botão nas matérias do site do jornal que oferece aos leitores um resumo curto do texto.
- (E) uma opção de cursor sobre as matérias do site para que haja a leitura por um aplicativo de voz.

66

O serviço de checagem, que integra o Programa de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), conta com parceiros para, através da Justiça Eleitoral divulgar notícias checadas, recomendações e conteúdos educativos em sua página.

Lançado em 2020, esse serviço chama-se

- (A) Fato ou Fake.
- (B) Boatos.org.
- (C) E-farsas.
- (D) Fato ou Boato.
- (E) Verdade ou mentira.

67

Em mais uma ação de combate a desinformação, foram lançados dois chatbots de inteligência artificial brasileiros, que trabalham com bases de dados restritas a informações confiáveis.

Eles são

- (A) VoltGPT, do Núcleo e AchadosGPT, da Lupa.
- (B) NuclitoGPT, do Núcleo e FátimaGPT, da Aos Fatos.
- (C) LupitaGPT, da Lupa e TrucoGPI, da Pública.
- (D) TrucoGPT, da Aos Fatos e FátimaGPT, da Lupa.
- (E) AmazoniaGPT, da AmazoniaVox e PublicaGPT, da Pública.

68

Um repórter está investigando uma série de abusos dentro de uma comunidade. Durante a cobertura, ele se depara com informações que poderiam expor a identidade de indivíduos ameaçados. Ao mesmo tempo, há evidências contundentes de que essas informações têm potencial de gerar indignação pública e mobilizar ações violentas contra os responsáveis pelos abusos.

Nessa situação, seguindo os preceitos do Código de Ética do Jornalista Brasileiro, o repórter deve

- (A) deixar de publicar qualquer informação que possa identificar as pessoas ameaçadas, focando nos aspectos gerais dos abusos, mesmo que isso diminua o impacto da reportagem.
- (B) publicar todas as informações, incluindo a identificação parcial das pessoas ameaçadas e de seus agressores, para garantir a máxima atenção da comunidade e das autoridades.
- (C) usar estratégias sensacionalistas para divulgar as informações, enfatizando os aspectos chocantes dos abusos para mobilizar a opinião pública local contra os responsáveis.
- (D) publicar informações pormenorizadas, detalhando os abusos, sem revelar a identidade das vítimas, mas fornecendo dicas sutis que permitam a identificação delas.
- (E) publicar a reportagem após a autorização formal das vítimas para expor sua identidade e através de dicas sutis incitar à comunidade ao linchamento dos agressores;

69

Leia o texto abaixo sobre um projeto do Redes Cordiais e da Lupa para treinar influenciadores locais e representantes de rádios comunitárias.

*Locais que não dispõem de cobertura jornalística local, os chamados “desertos de notícias”, têm diminuído nos últimos anos, conforme consta na última edição de relatório do Atlas da Notícia. No entanto, ainda restam 2.712 cidades e 26,7 milhões de brasileiros sem acesso a notícias sobre os seus municípios. Para combater o problema, o Redes Cordiais e a Lupa desenvolveram um projeto que acaba de ser contemplado como uma das 20 iniciativas ao redor do mundo que receberão um investimento total de US\$ 2 milhões do Global Fact Check Fund. Ligado à International Fact-Checking Network, o fundo apoia o fortalecimento de organizações de checagem que promovem ações de combate à desinformação.*

Esse projeto chama-se

- (A) Eu informo!
- (B) De olho nas redes.
- (C) Educamídia.
- (D) Xô desinformação!
- (E) Checagem já!

70

O veículo de comunicação empresarial é, ao mesmo tempo, jornalístico e institucional, por isso apresenta especificidades como

- (A) periodicidade irregular e dispensa de apuração das atividades internas da empresa.
- (B) censura quanto à participação do público na definição das pautas e na avaliação do veículo.
- (C) impossibilidade de aprovação do texto pela fonte, comum no jornalismo da grande imprensa.
- (D) texto laudatório e prolixo, alinhado com a perspectiva institucional da publicação.
- (E) o fato de uma matéria técnica poder ser mais facilmente revisada pela fonte de informação do que nos veículos da grande imprensa.

71

O primeiro curso superior de jornalismo implantado no Brasil, em 1947, é atribuído

- (A) ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com chancela da USP.
- (B) à Associação Brasileira de Imprensa, com chancela da UFRJ.
- (C) à Universidade do Brasil, no Centro-oeste.
- (D) à Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo.
- (E) ao Ciespal, com apoio da Cátedra da Unesco.

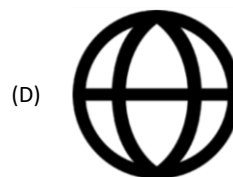
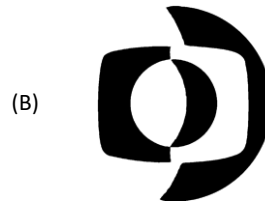
72

Lançado em 1822, o primeiro jornal a ser produzido e impresso na província do Grão-Pará, atual Estado do Pará, e pioneiro da imprensa no Norte do Brasil, foi

- (A) A Vida Paraense.
- (B) O Paraense.
- (C) Diário do Gram-Pará.
- (D) A Província do Pará.
- (E) Correio Paraense.

73

O primeiro logotipo da TV Globo foi um cata-vento. Ele foi primeiramente substituído por



74

Ao observar a natureza das fontes das matérias jornalísticas, o professor Nilson Lage propôs classificá-las em oficiais, oficiosas e independentes.

Sobre essa classificação, analise as afirmativas a seguir.

- I. As fontes independentes são consideradas as mais confiáveis e é comum não serem mencionadas, pois os dados que propõem são tomados a priori como verdadeiros.
- II. A expressão *fontes oficiosas* foi banalizada pelo jornalismo estadunidense, aplicando-a, quando a fonte (que não quer ser mencionada) são organizações não governamentais (ONGs), chamadas nos EUA, de sem fins lucrativos.
- III. Fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; por empresas e organizações, como sindicatos e associações.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

75

Quanto às circunstâncias de realização de entrevistas jornalísticas, elas podem ser classificadas em: ocasionais, coletivas, confrontos ou dialogais.

Sobre elas, é correto afirmar que

- (A) nas entrevistas dialogais, o repórter assume o papel de inquisidor, contra-argumentando o entrevistado, com veemência e com base em dados documentais.
- (B) nas entrevistas ocasionais, o comando dos assuntos questionados fica com o entrevistado ou com um de seus assessores que se encarrega de entregar o *briefing* ao repórter.
- (C) nas entrevistas dialogais, o entrevistado é submetido a perguntas de vários repórteres, que representam diferentes veículos, em ambiente de maior ou menor formalidade.
- (D) as entrevistas coletivas não são pré-agendadas nem programadas e o entrevistado desconhece sobre qual assunto será questionado.
- (E) nas entrevistas dialogais, entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões colocadas pelo primeiro e permite aprofundamento dos pontos abordados.

76

Leia o texto a seguir.

*Os estudos de produção de notícias dedicam-se a identificar os caminhos e regras usados pelos meios de comunicação para enquadrar, isto é, organizar, um determinado evento. Em outras palavras, como a mídia conta uma história. A maneira como uma história é relatada lhe dá um determinado sentido, e fornece ao leitor/telespectador algumas direções de como a mensagem deve ser entendida. As escolhas feitas pelo jornalista quando escreve uma notícia vão mudar, em algum grau, o jeito como os leitores vão entendê-la. Para o leitor, a compreensão de uma notícia depende em grande medida da forma como a informação é apresentada e, além disso, como a informação a respeito do assunto tem sido previamente organizada. Há uma óbvia assimetria entre o número infinito de eventos reais e o espaço restrito de um jornal ou um programa de televisão. O profissional de comunicação aplica a essa realidade seu olhar, treinado na prática, para decidir o que vale a pena ser usado e o que deve ser deixado de lado.*

(MARTINO, Luís Mauro Sá, 2014)

No texto acima, o autor se refere aos estudos da(o)

- (A) Teoria do Espelho.
- (B) Indústria Cultural.
- (C) *Newsmaking*.
- (D) Espiral do Silêncio.
- (E) Teoria da Agulha Hipodérmica.

77

As legendas são usadas sob as imagens fotográficas no jornalismo para

- (A) esclarecer e complementar a informação visual apresentada na imagem.
- (B) inserir as opiniões pessoais do repórter em uma matéria informativa.
- (C) descrever minuciosamente a imagem e informar o crédito do repórter fotográfico.
- (D) indicar todas as fontes consultadas pelo repórter para escrever a matéria.
- (E) fornecer um resumo completo da matéria para leitores que não têm tempo de ler o texto veiculado.

78

Leia o texto a seguir sobre as rotinas de uma assessoria de comunicação nos anos 1990.

*Quando algo negativo acontecia - casos como acidentes de trabalho ou suposto envolvimento de donos ou executivos em ilegalidades -, respondia-se algo evasivo e apenas se houvesse o “vazamento” da informação ou se algum repórter descobrisse. Pensar em tomar a iniciativa para comunicar à opinião pública não era algo que passava pela cabeça da maioria dos executivos e seus assessores.*

(CECATO, Valdete, 2011)

Hoje, a passividade dos executivos e de seus assessores de comunicação em situações de crise

- (A) permanece adequada, pois “o silêncio é de ouro” e informações negativas para empresa raramente chegam até os veículos de mídia;
- (B) seria considerada “Old School”, na medida em que, hoje, é preciso garantir visibilidade midiática para os clientes, especialmente “plantando” notícias negativas sobre eles;
- (C) segue válida, pois os veículos de comunicação não se ocupam mais dos vazamentos de informação nem questionam o comportamento das empresas;
- (D) seria prudente, pois espera-se que justificativas evasivas sejam dadas espontaneamente pelos *stakeholders* nas redes sociais digitais para defender os valores da empresa;
- (E) poderia ser vista quase como um “suicídio corporativo”, visto que há cada vez mais meios para fiscalizar, questionar e opinar sobre produtos, marcas e comportamento empresarial.

79

O clássico autor Philip Kotler propõe que as três mais recentes evoluções do Marketing estão relacionadas com a técnica.

Nesse contexto, assinale a opção que indica a correlação correta.

- (A) Marketing 2.0 – era do marketing focado no produto.
- (B) Marketing 3.0 – era do marketing focado em inteligência artificial.
- (C) Marketing 4.0 – Metamarketing.
- (D) Marketing 5.0 – era do marketing focado na indústria da sustentabilidade.
- (E) Marketing 6.0 – era do marketing imersivo.

80

É comum dividir um evento em quatro fases, a saber: concepção, pré-evento, transevento; pós-evento.

As opções a seguir apresentam atividades de concepção do evento, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Coleta de informações sobre possíveis patrocinadores.
- (B) Identificação dos objetivos específicos do evento.
- (C) Estimativas de tempo e recursos necessários para realização do evento.
- (D) Listagem dos resultados desejados.
- (E) Elaboração da carta-convite aos participantes e do material de divulgação para os veículos de mídia.

**81**

Sobre *branded content*, analise as afirmativas a seguir.

- I. As atividades de *branded content* consistem em patrocinar programas e inserir a marca em conteúdos pré-formatados e veiculados como editoriais simultaneamente em diversos meios de comunicação.
- II. O *branded content* concentra-se no apelo à venda direta de um produto e, secundariamente, apoia-se no entretenimento para reforçar a estratégia de apresentar a marca indistinta das demais do setor;
- III. O *branded content* pode tornar tênue a fronteira entre informação, publicidade e entretenimento objetivando oferecer experiências positivas e gerar vínculos emocionais entre as marcas e seus consumidores.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**82**

Leia o trecho sobre o impacto das tecnologias digitais nas publicações jornalísticas empresariais.

*Com o aumento do uso das ferramentas digitais, a atualidade do jornalismo foi \_\_\_\_\_, permitindo a resposta ainda mais rápida a questões que surgem no cotidiano das organizações. Além disso, a \_\_\_\_\_ permitida pelas tecnologias digitais passou a possibilitar a maior participação dos empregados em listas de correio eletrônico, fóruns, blogs e redes sociais, quando essa é uma definição de política de gestão e de comunicação da organização. Mesmo quando essa não é a estratégia desenhada, a empresa ou órgão do governo é cada vez mais frequentemente atropelado pela presença de comentários sobre sua atuação nesses espaços e passa a orientar os empregados sobre como se comportar no cenário das redes sociais. Assim, elas são, na prática, ao mesmo tempo \_\_\_\_\_ e conteúdo da comunicação com o público interno, contribuindo para o (a) \_\_\_\_\_ dos meios e representando elemento de \_\_\_\_\_ internos.*

(LEMOS E DEL GALDIO in DUARTE, 2015 – Adaptado)

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do texto acima.

- (A) relativizada – ubiquidade – emissor – silenciamento – conflitos
- (B) potencializada – interatividade – canal – agendamento – tensionamentos
- (C) questionada – multimidialidade – ruído – censura – treinamentos
- (D) reafirmada – passividade – receptor – indiferença – desequilíbrios
- (E) ignorada – interação – feedback – esvaziamento – consensos

**83**

Segundo Nilson Lage, “notícias podem motivar reportagens (...). Isso não significa que toda reportagem tenha um gancho, ou seja, decorra de uma notícia”.

Nesse contexto, as pautas de reportagens para jornais impressos caracterizam-se pela

- (A) indicação de suites – continuações ou desdobramentos de eventos da véspera.
- (B) sugestões de coberturas factuais sazonais, como desfiles de escolas de samba.
- (C) cobertura de eventos inesperados que chegam à redação por denúncias do cidadão.
- (D) cobertura de entrevistas coletivas pautadas pelas assessorias de empresas em momento de crise de imagem.
- (E) Apurações aprofundadas e, por vezes, investigativas sobre temas como insegurança no trânsito com base na divulgação de pesquisa sobre uso de celular ao dirigir.

**84**

O trecho de uma entrevista televisiva realizada pelo repórter e selecionado para ir ao ar chama-se

- (A) sonora.
- (B) cabeça.
- (C) passagem.
- (D) off.
- (E) barriga.

**85**

O autor Jorge Duarte, para efeito didático, agrupou as informações, no âmbito da Comunicação Pública em algumas categorias, entre elas:

1. Institucionais
2. De gestão
3. De prestação de contas
4. Mercadológicas
5. Dados públicos

Relacione essas categorias com as seguintes afirmativas:

- ( ) à explicação e esclarecimento sobre decisões políticas e uso de recursos públicos, viabilizando o conhecimento, avaliação e fiscalização da ação de um governo.
- ( ) às normas legais, estatísticas, decisões judiciais, documentos históricos, legislação e normas e informações de controle do Estado e que dizem respeito ao conjunto da sociedade e a seu funcionamento.
- ( ) a produtos e serviços que participam de concorrência no mercado.
- ( ) ao processo decisório e de ação dos agentes que atuam em temas de interesse público, incluindo discursos, metas, intenções, motivações, prioridades e objetivos dos agentes para esclarecer, orientar e municiar o debate público.
- ( ) ao papel, responsabilidades e funcionamento das organizações, estrutura, políticas, serviços e a responsabilidades e funções dos agentes públicos, poderes, esferas governamentais e entes federativos.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 5 – 3 – 4 – 1 – 2.
- (B) 3 – 5 – 4 – 2 – 1.
- (C) 5 – 1 – 2 – 4 – 3.
- (D) 3 – 1 – 2 – 4 – 5.
- (E) 2 – 3 – 4 – 1 – 5.

86

Leia o texto de Carlos Chaparro por ocasião dos 100 anos da atividade de Assessoria de Imprensa.

*A questão das relações entre as organizações e a imprensa não é nova. Como tema e problema, é até coisa velha, já secular. Na verdade, se nos identificarmos como profissionais ou estudiosos da comunicação chamada empresarial, institucional ou organizacional, somos mais ou menos herdeiros de um jornalista americano, que em 1906, inventou a atividade especializada a que hoje chamamos de assessoria de imprensa ou assessoria de comunicação. Com um bem-sucedido projeto profissional de relações com a imprensa, a serviço de um cliente poderoso, ele conquistou, por direito e mérito, na história moderna da comunicação social, o título de fundador das relações públicas, berço da assessoria de imprensa. Ou vice-versa.*

(CHAPARRO in DUARTE, 2018, adaptado)

O jornalista fundador das relações públicas e o cliente poderoso citados no texto são respectivamente

- (A) Ivy Lee e William Henry Vanderbilt.
- (B) Jack London e William Henry Vanderbilt.
- (C) Ivy Lee e John Rockefeller.
- (D) Mark Twain e William Henry Vanderbilt.
- (E) Mark Twain e John Rockefeller.

87

Leia o texto abaixo sobre a importância da assessoria de comunicação nas organizações.

*É grande o risco de exposição negativa quando uma organização toma decisões sem o olhar da comunicação. Tem graves consequências atropelar o impacto simbólico, a receptividade por parte do público e resistências de grupos sociais. Entenda-se: a chamada “área de comunicação” pode até ser vencida nos debates internos (o que ocorre algumas vezes), mas jamais ignorada. Para dar efetiva contribuição técnica e teórica, precisa participar das esferas do poder existentes dentro das organizações. Alijada ou sem acesso aos espaços internos de decisão, a assessoria de comunicação perde sua efetividade. E a empresa fica privada de uma análise que dimensiona percepções externas, riscos e oportunidades.*

(FARIA in DUARTE, 2018)

Diante desse contexto, espera-se que as assessorias de comunicação

- (A) a partir da perspectiva dos dirigentes da organização, priorizem o envio de releases para veículos de imprensa tradicionais como exclusiva estratégia de comunicação.
- (B) limitem o relacionamento com os veículos de comunicação ao envio de notas oficiais, e busquem o relacionamento mais constante e direto com influenciadores na mídia digital.
- (C) defendam a versão da organização assessorada, fornecendo o mínimo de informações verificáveis e dificultando o acesso dos jornalistas aos dirigentes em situações de crise.
- (D) tenham acesso às instâncias de poder e aos níveis decisórios internos da organização para lidar com as pressões e com os conflitos que permeiam as relações com a imprensa.
- (E) concentrem suas ações em ofertar suporte administrativo para as áreas de decisão interna atendendo aos jornalistas apenas em situações de crise organizacional.

88

Sobre o uso de entrevistas coletivas no atendimento às demandas da imprensa, avalie as seguintes afirmativas.

- I. Devem ser usadas quando é necessário reunir jornalistas de vários veículos, ao mesmo tempo, para passar informações de interesse público imediato.
- II. Os veículos devem enviar compulsória e previamente as perguntas para a adequada preparação da fonte para a entrevista.
- III. É dispensável fornecer documentos ou recursos visuais pertinentes ao tema da coletiva aos jornalistas, visto que eles se interessarão apenas pelas informações exclusivas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

89

Imagine que um assessor de imprensa foi contratado por uma empresa pública, cujo dirigente busca visibilidade midiática e é *high profile*.

No sentido de equilibrar a imagem do cliente com as demandas da instituição que ele representa, sem perder o foco no interesse público, o assessor deve

- (A) subestimar a importância dos feitos institucionais em favor da imagem pessoal do dirigente, para garantir uma boa relação de trabalho.
- (B) utilizar estratégias de *marketing* para atrelar a reputação da instituição à imagem do dirigente, ignorando o interesse e a opinião pública.
- (C) promover os feitos individuais do dirigente da empresa, mesmo que isso desvie o foco dos objetivos institucionais e do interesse público.
- (D) manter o foco na divulgação dos sucessos da instituição, enquanto destaca o papel do dirigente de forma equilibrada e alinhada ao interesse público.
- (E) ignorar os interesses público e do dirigente e concentrar-se apenas na projeção da instituição por meio de inserções publicitárias na mídia local.

90

Na atualidade, com a ampliação das possibilidades e da importância da comunicação direta com os *stakeholders*, é fundamental que dirigentes conheçam e saibam utilizar as mídias sociais.

Nesse contexto, o assessor de comunicação deve

- (A) desenvolver manuais que estabeleçam diretrizes claras para a construção de perfis, o uso de linguagem apropriada e o conteúdo prioritário a ser compartilhado.
- (B) encorajar os dirigentes a manter perfis pessoais e institucionais sem distinção clara, para facilitar a conexão com diferentes públicos.
- (C) reduzir a importância da gestão de crises, priorizando a expansão das redes de contato profissional dos dirigentes através das mídias sociais.
- (D) incentivar as lideranças a responderem rápida e publicamente a comentários negativos, de forma pessoal e não alinhada ao perfil da instituição.
- (E) focar exclusivamente na criação de conteúdos promocionais e patrocinados para aumentar a visibilidade da empresa nas redes sociais.

91

Sobre os veículos jornalísticos empresariais, analise as afirmativas a seguir.

- I. A distinção entre as publicações jornalísticas empresariais internas e externas se intensificou com Internet, pois os conteúdos jornalísticos que circulam nas mídias sociais atingem apenas o público externo.
- II. A definição dos formatos das publicações empresariais deve ser feita de acordo com os objetivos buscados, o público, os recursos disponíveis, a cultura organizacional e a evolução dos processos de comunicação na empresa.
- III. Independentemente do público (interno ou externo), as publicações empresariais devem estar aderentes a uma estratégia institucional coerente e planejada e ter, desde o número zero, metas bem definidas, assim como serem permanentemente avaliadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

92

As instituições, para ampliarem sua presença e serem reconhecidas como referência nos veículos jornalísticos, produzem textos informativos em diversos formatos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Informes oficiais.
- (B) Comunicados.
- (C) Anúncios comerciais.
- (D) Releases.
- (E) Sugestões de pauta.

93

Durante uma crise de reputação, os veículos institucionais internos que circulam na intranet são importantes na recuperação da imagem de uma empresa porque

- (A) reforçam as publicações voltadas ao entretenimento, de modo a manter os funcionários alheios à situação e evitar preocupações.
- (B) fortalecem a cultura organizacional, através do fornecimento de informações que visem manter os colaboradores alinhados.
- (C) informam sobre a queda dos valores de ações da organização, de modo a atrair novos investidores no mercado e recuperar o lucro líquido da empresa.
- (D) reforçam a comunicação direcionada ao público externo, de modo a conter de modo mais eficiente a crise de reputação institucional.
- (E) apresentam o manual de contenção de crise, para que todos os funcionários assumam o papel de porta-vozes e respondam as perguntas de qualquer jornalista.

94

Leia o texto abaixo, publicado em junho de 2024 no veículo jornalístico gaúcho *Matinal*.

**“Até a próxima**

por Carlos Alberto Kolecza

Na primeira vez foi a iniciativa dos filhos, com ares de ultimato. Não me deixariam engaiolado, o que certamente aconteceria, sem luz, sem água, comida e internet. A síndica me ajudou a compor a mochila de emergência. Um filho agiu confiado no poder de seu muque. O outro, com a mulher, arrebanhou um time de socorristas voluntários e um bote. Ofereceram-se ao caudal sujo que ocupou a rua Augusto Melecchi, no bairro Menino Deus, no segundo dia da primeira enchente.

Estava se formando o coquetel bacteriológico do vômito do rio-lago, resultado inevitável das pestilências obrigado a engolir da manhã à noite. Na horizontal, abraçado aos socorristas, fui depositado no bote sem ter molhado um centímetro da roupa, tinha à minha espera, na praça Estado de Israel, uma médica mineira voluntária, atenta ao protocolo clínico básico.

Estava na primeira etapa da maratona de ansiedade, na verdade medo, desatada por duas enchentes descomunais seguidas. Algo inesperado, para quem tinha um ano na grande enchente de 1941. A esta altura do campeonato, não esperava ver o repeteco. Currículo desprezível diante do infortúnio de dezenas de milhares que perderam tudo e de centenas de mortos.

Na segunda vez, 23 de maio, mesmo cenário, quase em pânico, fui socorrido por uma equipe da Polícia Judiciária do TR-4, reforçada por um voluntariado de Brasília. Até cadeira de rodas no desembarque...Vendo os esguichos efervescentes da boca dos bueiros não tenho mais a certeza de que não pedirei socorro mais uma vez.”

O texto acima é um(a)

- (A) editorial.
- (B) crônica jornalística.
- (C) reportagem temática.
- (D) notícia factual.
- (E) artigo de opinião.

95

Leia o trecho da matéria, assinada por Duda Menegassi e publicada, em junho de 2024, em *O Eco*

**Peru aprova lei de proteção para macaco encontrado apenas nos Andes peruanos**

“Nesta quarta-feira (12), o Congresso da República do Peru aprovou a criação do projeto de lei nº 7559, que visa a proteção e conservação do mono choro de cola amarilla – ou macaco-barrigudo-da-cauda-amarela – e seu habitat. A proposta foi aprovada em sessão única, com uma maioria de 90 votos favoráveis, 22 votos contrários e uma abstenção. O mono choro vive apenas na porção de floresta montanhosa, acima dos 2 mil metros de altitude, no centro-norte do Peru, aos pés da Cordilheira dos Andes”.

Esse trecho é característico de um (a)

- (A) editorial.
- (B) artigo de opinião.
- (C) notícia factual.
- (D) reportagem investigativa temática.
- (E) crônica jornalística.

96

Leia o *lead* abaixo:

*Lucas Malasuerte, de 47 anos, era, a despeito do nome, um sujeito feliz: casado, com dois filhos, casa própria e um bom emprego como ferramenteiro em São José dos Campos, São Paulo. Em janeiro passado, perdeu o emprego; em março, a mulher o deixou, levando os filhos; vendeu a casa em maio, para pagar dívidas. Ontem, Lucas escreveu um bilhete de despedida, enfiou um revólver na boca e se matou, em frente ao quichê do Sine, a agência de empregos do Ministério do Trabalho.*

(LAGE, 2015)

Esse tipo de estrutura textual que, nas palavras do autor, “é como um pequeno conto de poucas linhas” é o *lead*

- (A) resumo.
- (B) *flash*.
- (C) narrativo.
- (D) secundário.
- (E) clássico.

97

José Carlos Aronchi propôs a classificação dos programas da televisão brasileira em cinco categorias: entretenimento, informação, educação, publicidade e outros (para os que não se enquadravam nas anteriores). Integram a categoria Informação, os gêneros

- (A) Telejornal e *Game show*.
- (B) Chamada e *Talk show*.
- (C) Documentário e Entrevista.
- (D) *Reality Show* e Educativo.
- (E) Docudrama e Auditório.

98

Em 30 de outubro de 1938, véspera do Dia das Bruxas nos Estados Unidos, a rede de rádio CBS transmitiu o *Mercury Theater*, com a dramatização do romance de ficção científica *A Guerra dos Mundos*. Parte considerável dos ouvintes acreditou que a Terra estava, de fato, sendo invadida por marcianos, a ponto de deixar, em pânico, suas casas, o que gerou acidentes em série.

Esse episódio marcante da história do rádio teve a direção e narração de

- (A) Orson Welles.
- (B) Lee De Forest.
- (C) H. G. Wells.
- (D) Herbert Hoover.
- (E) Aldous Huxley.

99

Pesquisadores organizam a história do webjornalismo em fases. Segundo Mielniczuk (2003), as duas primeiras foram: 1. Transposição e 2. Metáfora.

A segunda se diferencia da primeira, pois

- (A) aposta nas cópias para a web do conteúdo de jornais existentes no papel sem explorar as potencialidades da rede.
- (B) começa a usar links com chamadas para notícias de fatos que acontecem no período entre as edições impressas.
- (C) surgem veículos multimídia integralmente pensados para o ambiente digital.
- (D) abandona o jornalismo factual e dedica o espaço ilimitado do ambiente digital ao jornalismo literário.
- (E) as bases de dados passam a ser estruturantes para a construção de um jornalismo convergente.

100

A prática do Jornalismo de Soluções iniciou-se de modo disperso nas redações, sendo institucionalizada na *Solutions Journalism Network*, que lista algumas de suas características, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Foca-se nas boas intenções, personalizando ações individuais e restringindo-se a inspirar novos atores sociais.
- (B) Concentra-se em profundidade na resposta a um problema social sem negligenciar as causas desse problema.
- (C) Examina como a resposta a um problema social funciona em detalhes significativos.
- (D) Concentra-se na eficácia das ações, apresentando as evidências disponíveis de resultados já alcançado.
- (E) Leva em conta as limitações e riscos das respostas dadas aos problemas sociais e fornece insights para novas ações.

Realização

